O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PARA O CIDADÃO-PRESO

Glória Betânia Leão Dias*
André Agne Domingues**

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de abordar a questão dos direitos fundamentais, especificamente no tratamento dispensado ao cidadão-presos, com enfoque no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, apresentando as falhas e o descaso com as garantias legais pertinente a todo indivíduo. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, tendo como principais norteadores Alexandre Moraes, Flávia Piovesan, Clóvis Gorczewsk, Ingo Wolfgang Sarlet e Rogério Grecco. Considerando que a pesquisa inicia-se a partir dos Princípios Constitucionais e Fundamentais, no referencial teórico abordou-se o conceito e a evolução histórica dos direitos humanos bem como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Nas considerações finais destaca-se que a solução para esse caos possa ser alcançada a longo prazo com a construção de novos presídios e penitenciárias capazes de uma correta aplicação da individualização da pena, e também no comprometimento da sociedade em exigir que o Estado promova políticas públicas em proteção desses indivíduos, pois eles estão sofrendo com seus direitos inaplicados.

Palavras-chave: Cidadão-presos. Dignidade da Pessoa Humana. Lei de Execução Penal. Direitos Humanos. Sistema Penitenciário. Apenado.

The Principle Of Human Dignity For The Citizen-Arrested

Abstract: This paper aims to address the issue of fundamental rights, specifically in the treatment of the citizen prisoner, focusing on the Principle of Human Dignity, showing the flaws and the neglect of legal safeguards relevant to every individual. The methodology used was bibliographic nature, the main guiding Alexandre Moraes, Flavia Piovesan, Clovis Gorczewsk, Ingo Wolfgang Sarlet and Roger Grecco. Whereas the search begins from the Constitutional and Fundamental Principles, the theoretical framework discussed the concept and the historical evolution of human rights and the Principle of Human Dignity. The conclusion shows that the solution to this chaos in the long term can be achieved with the construction of new prisons and penitentiaries capable of a correct application of the individualization of punishment, and also the commitment of society to demand that the State promotes public policies protection of these individuals, as they are suffering from their inapplied rights.

Keywords: Citizen-arrested. Dignity of human person. Law of Penal Execution. Human rights. Penitentiary system. Convict.

*Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) de Santa Maria-RS. E-mail: gloriabetania@gmail.com

** Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Conselheiro do Centro de Ciências Jurídicas da UNISINOS (1998-2004). Pós-graduado em Processo Civil pelo Instituto Ovídio Baptista de Estudos Jurídicos - IOBEJ (2001). E-mail: andreagnedomingues@yahoo.com.br

Considerações iniciais

O presente trabalho faz parte da conclusão do curso de Especialização em Educação e Direitos Humanos pela Faculdade Palotina em Santa Maria. Tendo como objetivo abordar a questão dos direitos fundamentais, especificamente no tocante ao tratamento dispensado ao cidadão-presos, com enfoque no Princípio da Dignidade Humana e as necessidades de melhorias em relação às adequações do que é previsto na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei de Execução Penal. Com a pretensão de mostrar a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil, apresentando as falhas e o descaso com as garantias legais pertinente a todo indivíduo.

A Dignidade da Pessoa Humana pode ser entendida como a qualidade intrínseca e distintiva de cada pessoa que a torna merecedora de respeito e consideração por parte do Estado e dos outros indivíduos. Portanto, asseguram a todos nós as condições existenciais mínimas para uma vida saudável. Analisar, de forma crítica, a realidade vivenciada nos estabelecimentos prisionais, onde há total ausência de condições dignas nestes locais, constituindo grave afronta aos Direitos Humanos. Ressaltar uma sociedade e um Estado cujas posturas são carregadas de inaceitável desprezo e omissão em relação às pessoas encarceradas. Fazer uma reflexão acerca dos valores da dignidade humana e a imperiosa necessidade de sua efetivação na vida de toda e qualquer pessoa, condenada pelas leis penais ou não.

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana foi inserido pela Constituição Federal de 1988 já no Título I, Dos Princípios Fundamentais, mais precisamente no inciso III, do artigo 1º, de modo a delimitar todo o ordenamento infraconstitucional vindouro, revelando nítido caráter jus fundamental. O mesmo tem por objetivo impedir o sofrimento excessivo do apenado e fomentar sua inserção social. Em um Estado Democrático de Direito, não é possível a aceitação de violações graves à dignidade da pessoa humana, torturas, maus tratos e todo e qualquer tipo de castigo cruel, desumano ou degradante, pois não é porque infringiram a norma penal que os criminosos devem ser tratados como se não fossem humanos dignos de respeito.

Com este estudo, objetivou-se aprender as bases dos Direitos Humanos e Fundamentais para que então haja a sua afirmação no sistema prisional no Brasil, analisar a atual crise do sistema penal, que sabidamente tem várias falhas estruturais e com diversas ofensas em relação aos direitos humanos e fundamentais.

A motivação pela pesquisa deste tema surgiu pelos conflitos e desapontamentos vivenciados em torno de uma década de atuação profissional no Sistema Prisional e constatar que não são assegurados os direitos, previstos tanto na Carta Magna, quanto na legislação ordinária, o respeito à integridade física e moral do preso, pois um sistema que não fornece as condições mínimas de dignidade ao cidadão preso ocasiona futuros reflexos na taxa de reincidência criminal e, mais importante, não atinge seu fim principal, qual seja reeducar o apenado para reintegrá-lo à sociedade. É um tema de extrema importância e de relevante valor social, pois está realmente frente ao problema da falência carcerária, na qual os apenados estão privados de sua liberdade em condições deploráveis, com sensação de esquecimento por parte do Estado.

A fim de gerar entendimento completo sobre o tema abordado, o presente trabalho utilizou o método dedutivo, por meio de técnica de pesquisa bibliográfica, tendo como principais norteadores Alexandre Moraes (1998), Flávia Piovesan (1998), Clóvis Gorczewsk (2005), Ingo Wolfgang Sarlet (2011) e Rogério Grecco (2011) considerando que a pesquisa inicia-se a partir dos Princípios Constitucionais e Fundamentais, buscando assim dar relevância ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, juntamente com os Direitos Humanos, que são amplamente assegurados pela legislação legal vigente, mas que tem sua efetivação prejudicada.

1 Conceito e a evolução histórica dos Direitos Humanos

Os Direitos Humanos, num termo geral, são explanados como os direitos individuais e fundamentais de cada ser humano, desta forma têm que ter em mente que esses direitos se definem na individualidade e que a condição humana não é a mesma para todos, devendo ser assegurado o respeito pelas diferenças. Desde a concepção do ser humano, observando o caráter independente e individual de cada um, livre de qualquer distinção de raça, cor, sexo, etnia, condição financeira, religião, convicção política ou filosófica.

Dallari refere que:

[...] a expressão direitos humanos é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue existir, ou não é capaz de se desenvolver... (DALLARI, 2004, p. 12).

Por este ponto de vista, Direitos Humanos são compreendidos em sua totalidade, a condição de ser humano, sendo a única prerrogativa para que o indivíduo tenha assegurado seu direito de existir, respeitando suas diferenças e necessidades, independente de qualquer distinção de raça, cor, sexo, etnia, condição financeira, religião, convicção política ou filosófica, entre outras.

Percebe-se que os Direitos Humanos, juntamente com a Dignidade da Pessoa Humana são indispensáveis para que seja efetivada a segurança de cada pessoa, de forma justa e saudável, com harmonia junto à sociedade, sem nenhuma espécie de discriminação. O indivíduo deverá apenas manter conduta condizente nos ambientes que frequenta e com as pessoas numa forma geral, sendo primordial zelar pelo respeito e diferença de todos, tanto em costumes, quanto em cultura.

No entendimento de Herkenhoff, os Direitos Humanos:

[...] são modernamente entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ele é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir (HERKENHOFF, 1994, p. 30).

Para Pés (2010, p. 29), os Direitos Humanos são concebidos como direitos subjetivos naturais derivados do jusnaturalismo racionalista. Durante o século XVII e XVIII, houve mudança no modo de ver a Dignidade da Pessoa Humana. Desta concepção constata-se que o homem é titular de direitos e independentemente de situações, deve ser respeitado por seus semelhantes e principalmente pelo Estado.

Para afirmar o posicionamento de Pés, é válido fazer um apontamento de Gorczewski (2005, p. 63):

Os jusnaturalistas deste período amparados na racionalidade sustentavam que o direito natural é um grupo de regras - eternas, universais e naturais - no sentido de que são independentes da vontade humana, passíveis de serem verificadas e comprovadas pelo conhecimento humano seja com a ajuda da revelação divina, seja por meio da razão, e que o estado existe unicamente para assegurar aos homens estes direitos.

Nesta ótica, Gorczewski (2005) defende que os Direitos Humanos são uma forma simplificada de especificar um conjunto de requisitos e garantias jurídicas que são elevados quando comparados aos outros direitos, pois são direitos inerentes à condição de todo ser humano.

Em se tratando da concepção formal, a qual procura definir a forma e a estrutura lógica dos direitos, divide-se na perspectiva teórica, dogmática e ainda sobre uma perspectiva dogmática consensual e dogmática analítica. A perspectiva teórica não se preocupa com o conteúdo, sendo os direitos imutáveis, absolutos, e universais, enquanto na perspectiva dogmática, a definição dos direitos está ligada com determinado ordenamento jurídico em dado espaço de tempo. Na dogmática consensual, os direitos derivam de um reconhecimento mútuo, sendo definido pelo consenso de uma sociedade, com a necessidade de se ter um padrão de direitos sendo compartilhados e a dogmática analítica, estuda metodologicamente a estrutura de norma dos direitos humanos, com regras e princípios (SAMPAIO, 2004).

Bobbio ensina:

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (BOBBIO, 1992, p. 5).

Os Direitos Humanos se tornam mais evidentes através do conhecimento da evolução dos tempos, da forma que as leis reconheceram os mais diversos direitos inerentes ao homem, adaptando-se conforme a sociedade evolui, tendo assim cada ser o respeito à suas individualidades, não podendo ser ofendida à sua honra.

Conforme os hábitos culturais mudam de um país para o outro, dentro de uma só nação há um choque cultural abrangente, pois há diversas influências em termos de colonização, o que por vez muda os costumes e valores de um local para o outro, assim sendo, o que pra um é correto, para o outro pode não ser, desta forma, visa-se garantir o respeito às condições divergentes de opiniões e convicções, seja do que for não sendo de caráter expressamente ilícito.

A consciência dos Direitos Humanos tem a ver com o momento histórico que cada povo vive, sua percepção nasce de lutas concretas por liberdade, no confronto de velhos poderes e novas forças. Na metade do século XX, duas grandes guerras abalaram o mundo e as consequências destas, provocam tamanha indignação, assim surgindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo como objetivo colocar um ponto final em certos comportamentos desumanos.

1.1 Considerações acerca da estruturação do sistema interamericano dos Direitos Humanos

Diante das ofensas à integridade física e moral que por muito tempo marcou as medidas excessivas que se desvirtuava do caráter punitivo e tendia a castigar aqueles que cometiam atos considerados contrários a lei, se fez necessário à criação de um sistema que pudesse reprimir tais tratamentos desumanos.

O processo de internacionalização dos Direitos Humanos ganha grande impulso após a Segunda Guerra Mundial, devido às atrocidades e aos horrores ocorridos durante os regimes totalitários. O sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos constitui a chamada “Era dos Direitos”, que tem permitido a internacionalização dos Direitos Humanos e a Humanização do Direito Internacional contemporâneo. Devido ao caos do totalitarismo que negou o valor da pessoa humana, razão pela qual o pós-guerra implica a reconstrução dos Direitos Humanos, tanto em esfera internacional, como no Direito interno, o que se deu devido à necessidade de um novo conceito de Direito Constitucional. Foi então que o advento da Declaração Universal de 1948 e posteriormente a Convenção Americana dos Direitos Humanos de 1978 possibilitou o desenvolvimento de um sistema regional interamericano protetivo dos Direitos Humanos.

Todo sentimento de revolta e injustiça surge por se considerar em uma condição inferior ao resto da sociedade, o indivíduo se sente injustiçado por não ter as mesmas oportunidades, pois a desigualdade tende a se acumular. Ou seja, as desigualdades sociais são em grande parte o fator determinante que leva o indivíduo a se corromper, muitas vezes desviando-se para a marginalidade, infringindo a lei, o que lhe coloca numa condição de privação de liberdade, sendo inserido no sistema prisional.

Posto isso, é imprescindível que sejam respeitados os direitos que a pessoa humana tem, mesmo frente ao sistema prisional, o caráter da pena não pode ser meramente punitivo então se passou a compreender outro objetivo, o de restabelecer os apenados, preparando-o para a reinserção ao convívio social.

No entendimento de Moraes:

[...] na atualidade, o conceitual direitos humanos é entendido como o conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, buscam concretizar as exigências da dignidade, da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da solidariedade humana, as quais devem ser reconhecidas positivamente em todos os níveis (MORAES, 1998, p. 20).

Por outro lado, alguns doutrinadores divergem suas opiniões, é claro. Enquanto uns defendem que a concretização dos direitos está paralelamente ligada ao surgimento das diversas Constituições, como afirma Silva:

[...] a primeira Constituição do mundo, a subjeter e positivar os direitos do homem, dando-lhes concreção jurídica efetiva, foi a do Império do Brasil, de 1824 [...] na Constituição de 1891 contém só os chamados direitos e garantias individuais [...] a partir da Constituição de 1934 abriu um título para a Declaração de Direitos, os de nacionalidade e os políticos. A ela sucedeu a Carta de 1937, ditatorial na forma, no conteúdo e na aplicação, com integral desrespeito aos direitos do homem, especialmente os concernentes às relações políticas. A Constituição de 1946 trouxe o Título IV sobre a Declaração dos Direitos, com dois capítulos: um sobre a nacionalidade e a cidadania e o outro sobre os Direitos e Garantias Individuais. A Constituição de 1988 adota técnica mais moderna. Abre-se com um título sobre os Princípios Fundamentais (SILVA, 2009, p. 170-171).

Sendo assim, a Constituição vem se aprimorando ao longo dos anos, fortalecendo os direitos humanos, uma vez que os traz como direitos fundamentais, e consolida todos os demais.

De acordo com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Bobbio entende que:

[...] o núcleo doutrinário da Declaração está contido nos três artigos iniciais: o primeiro refere-se à condição natural dos indivíduos que precede a formação da sociedade civil, o segundo, à finalidade da sociedade política, que vem depois (se não cronologicamente, pelo menos axiologicamente) do estado de natureza: o terceiro, ao princípio da legitimidade do poder que cabe à nação (BOBBIO, 1992, p. 93).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, uma situação que por iniciativa política internacional, devido às barbáries e a morte de milhares de vidas, tiradas pelas tropas militares, levou no ano de 1945 a criação da Organização das Nações Unidas, assim sendo os Direitos Humanos se inseriu na esfera internacional, onde diversos países membros das nações Unidas acordaram medidas para salvaguardar os Direitos Humanos.

Sendo em 1948 editada pela Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com um conjunto de trinta artigos, os quais indicam os direitos fundamentais, considerada como o principal marco do desenvolvimento da ideia contemporânea de Direitos Humanos, com regras internacionais que deveriam ser respeitadas e aplicadas por todos os países pertencentes às Nações Unidas. Os Direitos Humanos apresentam-se no âmbito universal, se transformando em um ideal comum, pela adoção do plano nacional e também internacional.

Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Piovesan refere que:

[...] é a partir da moderna concepção de Direitos Humanos, introduzida pela Declaração Universal de 1948 que começa a se desenvolver o direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros tratados internacionais voltados à proteção dos direitos fundamentais (PIOVESAN, 1998, p. 198).

Com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Bobbio destaca que:

[...] foi solenemente aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, através da qual todos os homens da terra, tornando-se idealmente sujeitos do direito internacional, adquiriram uma nova cidadania, a cidadania mundial, e enquanto tais tornaram-se potencialmente titulares do direito de exigir o respeito aos direitos fundamentais contra o seu próprio Estado (BOBBIO, 1992, p. 128).

A Declaração transformou em uma fonte de inspiração para a criação de diversas Constituições, Tratados Internacionais, como por exemplo, o Pacto de San José da Costa Rica, sendo que por este os Estados Americanos visavam à liberdade pessoal, assim, como a justiça social, com respeito aos Direitos Humanos, como também o pacto internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; também o Pacto sobre Direitos Civis e Políticos, que estabeleceu uma série de direitos e garantias para proteger e promover a integridade e a Dignidade da Pessoa Humana, com a proibição da prática da tortura, formando então a Carta Internacional dos Direitos Humanos, que ganhou relevância no sistema internacional, passando a ser incorporado também em Constituições e outras leis.

Logo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, devido a vários acontecimentos históricos surgiram novos direitos, classificando-se em dimensões, conforme o entendimento diverso de alguns doutrinadores.

Os Direitos Humanos abrangem-se em dimensões distintas, classificando-se em quatro dimensões. Alguns doutrinadores entendem haver cinco dimensões, sendo assim os de primeira dimensão, os direitos civis e políticos, que surgiram ao final do século XVIII, ao fim das Revoluções Americana e Francesa, os de segunda dimensão trata-se dos direitos socioeconômicos, os quais as pessoas devem exigir do Estado, os de terceira e quarta dimensão referem-se aos coletivos (LAFER, 1991).

Na visão de Bonavides, este classifica as cinco dimensões:

[...] os direitos fundamentais da primeira geração são os direitos da liberdade, os primeiros a constatarem no instrumento normativo constitucional, a saber, os direitos civis e políticos [...] os direitos da segunda geração são direitos sociais,

culturais e econômicos bem como os direitos coletivos da terceira geração: o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente, o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito de comunicação. São os direitos de quarta dimensão o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo político. O direito à paz, direito de quinta dimensão. (BONAVIDES, 2009, p. 563, 565, 569, 571, 579).

É cabível o entendimento de que, através da constante evolução da sociedade, com tantos avanços da ciência tecnológica, torna-se evidente que haja uma dimensão nova de direitos que trate como uma quinta dimensão. Presume-se o direito da era digital, pelo fato do avanço da tecnologia, da inteligência artificial, da vida virtual, a massificação da internet, com todo esse desenvolvimento tecnológico, fez-se necessário surgir questionamento acerca de uma quinta dimensão, o direito da era digital.

Em outra ótica, Gorczewski entende os direitos de quinta geração:

[...] o desenvolvimento da era cibernética, das redes de computadores, do comércio eletrônico, da inteligência artificial, da realidade virtual, massificação da internet, tudo faz surgir os direitos de quinta geração, que são direitos da era digital (GORCZEWSK, 2005, p. 80).

Com a constante evolução em que a sociedade demanda, é necessário que os direitos do homem evoluam, acompanhando tal desenvolvimento, assim surgem novos direitos à medida que o convívio do homem em comunidade os põe em conflito pela divergência de valores, opiniões e suas convicções. Sendo então indispensável à prevalência dos Direitos Humanos, para que resguarde a todos o direito de se expressar, respeitando sempre a opinião do próximo.

Como consequência no período pós Segunda Guerra Mundial o que imperava era um ambiente envolto sob a bruma da dignidade da pessoa humana como sendo um valor imprescindível para a formação de um Estado de Direito Democrático próspero.

2 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Os Direitos Humanos, em seu modo geral, são compreendidos como direitos individuais e fundamentais da pessoa humana, sendo que as pessoas que não conseguem se desenvolver e participar da vida harmônica em sociedade são privadas deste direito, com o objetivo de preservar os valores do homem, como igualdade, liberdade, fraternidade e a dignidade da pessoa humana. Entende-se então que a dignidade da pessoa humana é, em sua essência, o complexo desenvolvimento de valores existentes na sociedade. Desta forma

procurou o professor Ingo Wolfgang Sarlet conceituar a dignidade da pessoa humana num prisma jurídico:

É a dignidade da pessoa humana o principal direito fundamental constitucionalmente garantido, pois é este o primeiro alicerce de todo o sistema constitucional e o último refúgio dos direitos individuais. A dignidade é qualidade intrínseca do ser humano, é, portanto, irrenunciável e inalienável, é ela que qualifica o ser humano e dele não pode ser destacada e por tal ela não pode ser criada, concedida ou retirada, embora possa consistir em objeto de violação. Embora possa ser violada a pretensão de respeito e proteção que da dignidade decorre, esta dignidade não poderá ser retirada do seu titular. A dignidade está em cada ser humano como algo que a ele é inerente. Por ser qualidade intrínseca do ser humano, não cabe ao ordenamento jurídico, por meio do legislativo ou judiciário, concedê-la. A dignidade da pessoa humana é fundamento para a proteção e a promoção da existência humana (digna), dela partindo o desenvolvimento do Estado de Direito e de seus deveres, manifesto, dentre outros, na garantia e no respeito aos direitos fundamentais (SARLET, 2011, p. 83).

A Professora Maria Helena Diniz, procurou conceituar a dignidade da pessoa humana tendo por base o direito de família, pois, observou a necessidade de se buscar garantir o pleno desenvolvimento dos anseios e interesses afetivos dos membros familiares, através da garantia da assistência educacional aos filhos, com o objetivo fim de manter a família perene e feliz. Bem como Diniz também argumenta:

É preciso atacar as causas da transformação do Direito de Família, visto que, são irreversíveis, procurando atenuar seus excessos, apontando soluções viáveis para que a prole possa ter pleno desenvolvimento educacional e para que os consortes ou conviventes tenham uma relação firme, que integre respeito, tolerância, diálogo, troca enriquecedora de experiência de vida etc. (DINIZ, 2007, p. 18).

Conceitua-se então o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como um valor em si, de cada pessoa, que se revelado pela moral, é exclusivo do ser humano, sem preconceitos.

Vale lembrar a percepção de Fernando Capez:

Qualquer construção típica, cujo conteúdo contrariar e afrontar a dignidade humana será materialmente inconstitucional, posto que atentatória ao próprio fundamento da existência de nosso Estado (CAPEZ, 2009, p. 7).

Ao tratar de Direitos Humanos, deve-se ter em mente a ideia de que tais direitos se fazem na dignidade individual de cada pessoa, a qual constitui a sua condição de ser humano, devendo então ser assegurados a partir de sua concepção, independente de sua origem, sexo, raça, idade, crenças, religião, convicção política e religiosa ou quaisquer outras formas que as façam diferente do próximo.

Não há como se pensar em desconsideração da Dignidade da Pessoa Humana em qualquer forma de interpretação, aplicação e/ou criação de normas jurídicas, pois, se trata de um supra princípio constitucional.

De acordo com o que Moraes refere:

[...] na atualidade, o conceituar Direitos Humanos é entendido como o conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, buscam concretizar as exigências da dignidade, da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da solidariedade humana, as quais devem ser reconhecidas positivamente em todos os níveis (MORAES, 1998, p. 20).

Conforme se sucede a evolução da sociedade, as dificuldades que assolam a população em sua grande massa nos faz perceber o quão diferente são os tratamentos dado às pessoas, isso acontece conforme a sua classe social, ou o que a sua figura representa perante a sociedade. O que afronta o Princípio da Isonomia, pois tratam os iguais perante a lei de forma desigual na mesma sociedade.

Salienta-se então que, os Direitos Humanos e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana devem ser assegurados a todos cidadãos, estejam em sua plena liberdade ou sob tutela do Estado, como elencado no artigo 5º, inciso XLIX, da CF, "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral". Pois, por mais que os cidadãos errem, eles têm o direito de se redimir, de aprender e reparar o dano que causaram a outrem, afirmando assim o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o tratamento isonômico entre todos, a partir da legislação brasileira como será descrito no próximo capítulo.

2.1 Princípio da Dignidade Humana no ordenamento jurídico brasileiro

No Brasil, com fundamento no estudo de Cleber Francisco Alves, o Princípio da Dignidade Humana, na Constituição do Império de 1824 já representou um papel ativo no que se refere a alguns direitos fundamentais como a liberdade, a segurança individual e a propriedade. E, nesse sentido sancionava os princípios da igualdade e da legalidade, ou seja, formava que nenhuma lei seria imposta sem utilidade pública e causaria recompensa ou castigo de forma adequada àquele que merecesse, incluindo a eliminação de direitos.

No entanto não havia ainda referência expressa à dignidade da pessoa humana nas primeiras Cartas Constitucionais brasileiras, o que veio a ser expresso pela primeira vez na Constituição brasileira de 1934, no seguinte contexto do artigo 115º: "a todos existência digna".

Portanto deste momento em diante, se tornou indispensável, mesmo que indiretamente, a abordagem constitucional da Dignidade da Pessoa Humana.

Segundo Mirabete (2002, p. 251):

Apesar de contribuído decisivamente para eliminar as penas aflitivas, os castigos corporais, as mutilações etc., não tem a pena de prisão correspondida às esperanças de cumprimento com as finalidades de recuperação do delinquente. O sistema de penas alternativas de liberdade e seu fim constituem verdadeira contradição. É praticamente impossível a ressocialização do homem que se encontra preso, quando vive em uma comunidade cujos valores são totalmente distintos daqueles a que, em liberdade, deva obedecer. Isso sem falar nas deficiências intrínsecas ou eventuais do encarceramento, como a superpopulação, os atentados sexuais, a falta de ensino e de profissionalização e a carência de funcionários especializados.

O Brasil continua no rol dos que mais violam os Direitos Humanos no interior das penitenciárias. Os presos não são separados por idade, formação ou regimes, e muitas vezes acabam habitando a mesma cela, apenados primários, reincidentes e de maior potencial ofensivo. Isso acaba inviabilizando uma possível ressocialização no sistema carcerário, quando afirma Zaffaroni (1998, p. 202):

A cadeia é uma gaiola, um aparelho, uma máquina de fixa os comportamentos desviados das pessoas e de agravá-los. Só serve para isso. É a estrutura da cadeia do século passado fazia a mesma coisa que a cadeia de hoje. os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, tudo igual.

Para alguns, infelizmente ainda a grande maioria da população, o preso deixa de ser um indivíduo dotado de direitos, e passa a ser tratado como incômodo, por vezes lixo da sociedade, que vive em um mundo à parte da realidade, onde a força bruta do Estado anula o ser dotado de razão à medida que passa a intimidá-lo com o pretexto de manter a ordem e a segurança social. Isso ocorre porque muitas vezes o preso deixa de ser visto como cidadão que tem assegurado todas as garantias constitucionais, pelo simples fato de estar privado de sua liberdade. O cidadão-presos precisa ser reconhecido como ser dotado de dignidade, entendendo-se esta como qualidade inerente à essência do ser humano, bem jurídico absoluto, portanto, inalienável, irrenunciável e intangível.

2.2 O Princípio da Dignidade Humana elencado na Constituição Federal de 1988

A Carta Magna de 1988 consolidou o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana à posição de fundamento da República Federativa do Brasil. Dessa maneira, não se fez outra

coisa senão analisar que o Estado permanece em função de todas as pessoas e não estas pessoas em função do Estado. Portanto, toda atuação estatal deve ser analisada considerando-se cada pessoa como um fim em si mesmo ou como meio para outros objetivos, sob pena inconstitucional. Procura-se, com isso, compatibilizar valores individuais e coletivos.

A Constituição de 1988 proporciona com propriedade a clareza no que se refere à importância da dignidade humana. Nesse sentido, a Carta Magna de 1988 foi formada num panorama de pós-ditadura e de abertura política, incorporados ao profundo sentimento da necessidade de solidariedade entre os povos.

De tal modo, nota-se a expressão de uma nova era das garantias individuais, decorrência de lutas e excessos no penoso caminho do reconhecimento dessas liberdades, até se alcançar a publicação desse texto, pode-se garantir que esta é a Constituição mais democrática que o Brasil já teve, tendo em seu corpo grupos de direitos sociais, individuais e coletivos, tanto no sentido de princípios como comandos, destaque aos descritos a seguir.

Em nível I, no seu preâmbulo, a Constituição faz menção ao Estado Democrático de Direito como forma de garantir os exercícios dos direitos sociais e individuais.

No que dispõe o art. 1º, da Constituição Federal:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I- a soberania,
- II - a cidadania,
- III - a dignidade da pessoa,
- IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa,
- V- o pluralismo político.

Já no artigo 5º da CF/88, "Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", em seu *caput* descreve que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Nos termos seguintes:

- I- Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição;
- II- Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III- Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- X- São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

No artigo 226, §7º, foi dada ênfase a família como forma de garantir a Dignidade da Pessoa Humana. E o artigo 230 descreve o direito do idoso: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

A Carta Magna traz, em seu artigo 6º, o mínimo que cada indivíduo necessita: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Todos os direitos sociais acima citados estão intensamente ligados à Dignidade da Pessoa Humana. Porém, na prática, o Estado não tem alcançado garantir esse mínimo constitucional, associado à ausência de conhecimento pela população em geral quanto aos seus direitos e deveres. Ocasionalmente maior dificuldade não apenas por parte do Estado, mas também por parte dos cidadãos que convivem entre si, podendo entre eles violar a dignidade do outro.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que os Direitos Fundamentais tiveram um progresso significativo, estes passaram a ser abordados como centro da proteção da dignidade da pessoa humana.

O progresso que o Direito Constitucional enfrenta atualmente é consequência, em parte, da afirmação dos Direitos Fundamentais como centro da proteção da dignidade da pessoa e da visão de que a Constituição é o ponto adequado para positivizar regras asseguradoras dessas pretensões.

O reconhecimento da Constituição como norma suprema do ordenamento jurídico e a percepção de que os valores mais caros da existência humana merecem estar resguardados em documento, seguem unidos no tempo.

Finalmente, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, ao qual se cita o conceito democrático como um dos fundamentos do Estado, torna-se o elemento referencial para a interpretação e aplicação das normas jurídicas. A partir destas constatações é preciso questionar: como garantir a integridade física e moral do cidadão-presos, se a cadeia pública se encontra em situação de superlotação, muito acima da sua capacidade e que, a pretexto de manter a segurança da sociedade, ignora os direitos fundamentais do ser humano? Que necessidade há em submeter o cidadão-presos a total condição de desumanidade, retirando do indivíduo o que lhe ainda resta, como veremos a seguir.

2.3 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na realidade do Sistema Prisional Brasileiro

Atualmente, o sistema carcerário brasileiro é assombrado pelo descaso dos poderes competentes, deixando de lado as garantias fundamentais de qualquer ser humano. Quando não agem com negligência, as autoridades agem com excesso de violência para com os indivíduos, desrespeitando a sua integridade. E, como se já não bastasse, tudo isso vem acompanhado pela vontade da sociedade de fazer justiça com as próprias mãos, pois já que esta não recebe uma resposta satisfatória do governo em relação a sua falta de segurança, clama que “bandido bom é bandido morto”, como afirma Grecco (2011) “O Sistema Prisional agoniza, enquanto a sociedade, de forma geral, não se importa com isso, pois crê que aqueles que ali se encontram recolhidos merecem esse sofrimento” (p. 14).

Entretanto a sociedade esquece-se que estas pessoas, que se encontram momentaneamente privadas de liberdade e estão sendo tratadas como seres irracionais, sairão um dia da prisão e voltarão ao convívio da sociedade. Assim, cabe a nos decidir, se voltarão melhores ou piores.

O indivíduo preso têm direitos assegurados no Artigo 5º inciso XLIX da CF/1988, este, garante ao preso respeito à integridade física e moral.. É sabido que eles se encontram reclusos em unidades prisionais, por determinação judicial legal, para cumprimento de pena. Cabe ao Estado a custódia deste, fornecendo todas as garantias previstas em lei, bem como o Princípio de Dignidade da Pessoa Humana, uma vez que sua condição de ser humano permanece.

Para Foucault:

Na prisão o governo pode dispor da liberdade da pessoa e do tempo do detento; a partir daí, concebe-se a potência da educação que, não em só um dia, mas na sucessão dos dias e mesmo dos anos pode regular para o homem o tempo da vigília e do sono, da atividade e do repouso, o número e a duração das refeições, a qualidade e a ração dos alimentos, a natureza e o produto do trabalho, o tempo da oração, o uso da palavra e, por assim dizer, até o do pensamento, aquela educação que, nos simples e curtos trajetos do refeitório à oficina, da oficina à cela, regula os movimentos do corpo e até nos momentos de repouso determina o horário, aquela educação, em uma palavra, que se apodera do homem inteiro, de todas as faculdades físicas e morais que estão nele e do tempo em que ele mesmo está (FOUCAULT, 1987, p. 198).

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que está presente na Constituição Federal, não pode ser visto apenas como um Princípio, pois, é muito além, é de fato um

fundamento constitucional estando assim além dos princípios, servindo a todos os brasileiros como guia do que é nosso, por direito. Em termos mais claros, nada deve ser produzido ou normatizado sem observar o fundamento maior de nossa República, então, compreendamos que todos os direitos, inclusive os Direitos Humanos, sejam eles pertencentes a qualquer geração, exigem a obrigação moral do reconhecimento dos direitos dos outros, independente de quaisquer formas de distinção.

Desde que criadas as leis, estas vêm acompanhadas de sanção, que serve para punir àqueles que não as cumprirem. Quando cometido algum crime ou apresentado algum risco à coletividade, o indivíduo vai para a cadeia como forma de sanção, a fim de sofrer a ressocialização, ou nas palavras de Foucault, se tornar útil para a sociedade novamente. Assim, para o bom funcionamento desse sistema, o encarcerado ficaria preso em uma cela sozinho, sendo supervisionado 24 horas por dia, com o intuito de poder pensar no seu ato errôneo, ocasionando certo remorso sobre a sua ação. O tempo de repouso, de fazer as refeições, de tomar sol e de trabalhar seria devidamente cronometrado, trazendo diariamente disciplina ao presidiário que aos poucos iria aprender a incrementar esta nos seus atos automaticamente, podendo assim voltar ao convívio em sociedade depois de um período determinado. A finalidade da punição é bem explicada na obra de Beccaria:

Para que o castigo produza o efeito que dele se deve esperar, basta que o mal que causa ultrapasse o bem que o culpado retirou do crime. Devem contar-se ainda como parte do castigo os terrores que precedem a execução e a perda das vantagens que o crime devia produzir. Toda severidade que ultrapasse os limites se torna supérflua e, por conseguinte, tirânica (BECCARIA, 2006, p. 31).

A Lei de Execução Penal dispõe em seus capítulos II e III, do Título II, o trabalho como forma de ocupação e os tipos de assistências ao condenado. O que se efetivado, poderia ser visto como uma alternativa de ressocialização.

No entendimento de Foucault, a delinquência é uma identidade atribuída e internalizada pelo indivíduo a partir de um ou vários delitos. Essa identidade começa a se constituir no momento em que o infrator entra no sistema carcerário – seja de maiores ou de menores. A instituição na qual o indivíduo é isolado do convívio social e que tem a função social de regeneração e recuperação é aquela que, contraditoriamente, acaba por atribuir-lhe esta identidade, acaba rotulando o mesmo. Uma marca que irá carregar posteriormente à sua saída do cárcere e que irá dificultar sua integração social.

A prisão no Brasil acabou ficando mais para o lado da desumanização do apenado, não aproveitando o lado dos benefícios que são propostos, segundo a legislação. O problema é

encontrar a efetivação do que é previsto em lei. O sistema penitenciário acaba por preparar o preso para permanecer no presídio, e não na sua ressocialização. Para efetivar o progresso do preso, junto à sociedade, é imprescindível que o Estado, inclusive, se mostre favorável à sua reabilitação ao convívio social.

Neste panorama, a Lei Federal nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, introduziu o Regime Disciplinar Diferenciado no âmbito da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, denominada Lei de Execução Penal, por meio de significativas modificações no sistema de execução da pena, bem como trouxe uma nova modalidade de encarceramento dentro do sistema já existente.

A Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 1984 – continua a ser um diploma moderno e abrangente, que reconhece o preso como sujeito de direitos e traz para si os princípios e regras relacionados à execução das penas e das medidas de segurança no Brasil.

Segundo a Lei de Execução Penal, artigo 41, são direitos do preso:

- I - alimentação suficiente e vestuário;
 - II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
 - III - Previdência Social;
 - IV - constituição de pecúlio;
 - V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
 - VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
 - VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
 - VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
 - IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;
 - X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
 - XI - chamamento nominal;
 - XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
 - XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;
 - XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
 - XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.
 - XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. (Incluído pela Lei nº 10.713, de 2003).
- Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Sobre a situação do Presídio Central, em Porto Alegre, “o Estado controla a entrada e os corredores. Da boca da galeria para dentro, é 100% controle dos presos”, afirma o juiz Sidinei Brzuska. Segundo ele:

O Estado é dependente das facções: São elas que botam a disciplina interna. Sem elas, o sistema cai. Para coibir, somente o Estado investindo pesado no sistema. Além disso, as facções seguem atuantes dentro da penitenciária, e o dinheiro do

tráfico tem sido determinante no poderio que o controla. Outros problemas da instituição são o risco de incêndio, em função da rede elétrica precária, e a falta de água. E quando falta energia elétrica, já que a estrutura apresenta muitos problemas, a 'cadeia bate', e quebra-se mais um pouco dos prédios. Contudo, a situação mais degradante é a rede de esgotos saturada, que expulsa os dejetos das fossas pelas paredes e pátios, expondo-os aos apenados, servidores e visitantes. A superlotação por muitos anos destruiu a rede de esgotos. E agora, com a rede de esgotos destruída, o problema da superlotação fica agravado. Infelizmente, a população em geral faz pouco caso do tema, e não havendo pressão social, a classe política não se movimenta (BRZUSKA, 2012).

A prisão acaba servindo para agravar o quadro da maioria dos apenados que se juntam as facções dentro da cadeia, em troca do que eles necessitam e só os componentes destas proporcionam. Uma vez fora do cárcere, o indivíduo fica devendo favores a esta facção, podendo ser ameaçado caso não obedecer às ordens. Isso faz com que a pessoa cometa novos delitos e volte para a cadeia, ou seja, acaba saindo da prisão pior do que entrou, cada vez mais preso ao mundo do crime.

De acordo com Foucault:

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta (...) a prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinquentes perigosos (1987, p. 220).

Seria o cárcere realmente ressocializador? Percebe-se que não, pois se os indivíduos voltam a cometer delitos, é porque de certa maneira, não houve a atenção devida ao apenado, não foi proporcionado condições mínimas de dignidade e perspectivas de uma fazer diferente. Enquanto o acesso à justiça continuar sendo deficiente e os órgãos competentes não dedicarem atenção na situação dos presídios, a violência só tende a aumentar. A população brasileira vive em meio a um governo que procura primeiramente punir, não tratando a causa do problema. Se fossem realmente eficazes os poderes Legislativo e Executivo, não haveria tantas vítimas de um sistema político que não olha pelos desfavorecidos e que acaba transformando o cárcere em uma instituição falha e abandonada a mercê daqueles que lá se encontram, sejam para cumprimento de pena ou para trabalhar.

No entanto, para que o Poder Público cumpra as suas obrigações, não basta a edição de leis, é preciso fazê-las chegar ao povo, torná-las públicas, de modo a permitir às pessoas o efetivo conhecimento de seus direitos e deveres, o que ainda não ocorre em relação à Lei nº 7.210/84. Nesse sentido, o objetivo da Câmara dos Deputados, ao lançar esta edição da Lei de Execução Penal, é divulgar para a sociedade os direitos e deveres do preso, bem como os critérios para a correta aplicação da sanção penal, de forma a possibilitar que as pessoas

possam exigir dos governantes a efetiva concretização de uma lei que, se devidamente aplicada, contribuirá sobremaneira para a ressocialização dos condenados, proporcionando a redução da influência do crime organizado dentro das penitenciárias e para a efetiva diminuição da violência.

Mesmo com todos os Direitos e Garantias Fundamentais da Pessoa Humana assegurados na legislação legal vigente e os Direitos Humanos estarem assegurados na sua mais ampla extensão, é difícil perceber uma melhora no que se refere ao respeito e compaixão para os delinquentes, onde seres humanos são recolhidos em presídios desestruturados e ficam sujeitos e expostos a todos os desprazeres e humilhações de caráter moral e físico, chegando ao limite do insuportável por um indivíduo.

Considerações finais

O entendimento do estudo feito acerca do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana no tocante ao reeducando é necessário ressaltar que a legislação brasileira evoluiu bastante com o advento da Lei de Execução Penal em 1984, mas a maioria dos artigos existentes nessa lei não é respeitada e muito menos aplicada, o que impossibilita resultados reais previstos no que tange a garantia aos Direitos Humanos. O Estado falha no cumprimento dos direitos pertinentes ao cidadão-presos expondo-os as mais graves violações de direito.

Diante da revisão teórica realizada neste trabalho, percebe-se o quão falho está o sistema penitenciário atual e ficou constatado o descaso com a legislação vigente onde os apenados cumprem pena em condições subumanas e com total precariedade. Percebe-se a urgência em efetivar as condições previstas na Constituição Federal, tornando assim o sistema prisional mais justo e seguro, possibilitando aos apenados um meio de se expressarem de forma legal reivindicando seus direitos quando estes forem ofendidos.

Diante desse quadro atual em que os presos estão no cumprimento de sua pena privativa de liberdade, percebe-se que a solução para esse caos possa ser alcançada a longo prazo com a construção de novos presídios e penitenciárias capazes de uma correta aplicação da individualização da pena, para que assim seja alcançado um sistema prisional mais humano e digno para os nossos reclusos. Desse modo, seria possível à pena atingir um resultado ressocializador e de quebra proporcionar melhores condições aos apenados.

Tendo em vista, que é também dever da sociedade exigir que o Estado promova políticas públicas em proteção desses indivíduos, pois eles estão sofrendo com seus direitos

inaplicados. Torna-se considerável que cidadãos de forma geral tenham algum incentivo para receber os egressos, dando a estes o mesmo tratamento que é dado a outros trabalhadores sem histórico de passagem criminal, fazendo prevalecer o Direito de Igualdade.

Com este estudo não se pretendeu esgotar a discussão, mas levantar questionamentos sobre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana para o cidadão preso.

Referências

ALVES, Cleber Francisco. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana: enfoque da doutrina social da igreja**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 125-6.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus: 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de julho de 1984.

_____. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Imprensa do Senado, 1988.

BRASIL. **Vade Mecum**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRZUSKA, Sidinei. Juiz da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre – VEC/POA. **Presídio Central de Porto Alegre: as facções no comando**. Porto Alegre, IHU On-Line, 19 abril 2012. Entrevista concedida a Márcia Junges. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508620-presidio-central-as-faccoes-no-comando-entrevista-especial-com-sidnei-brzuska>> Acesso em: 15 nov. 2015.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DEMARCHI, Lizandra Pereira. **Os direitos fundamentais do cidadão preso: uma questão de dignidade e de responsabilidade social**. Disponível em: <<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/os-direitos-fundamentais-do-cidadao-presos-uma-questao-de-dignidade-e-de-responsabilidade-social>> Acesso em: 15 nov. 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GORCZEWSKI, Clovis. **Direitos Humanos: dos primórdios da humanidade ao Brasil**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

GRECCO, Rogério. **Direitos Humanos, Sistema Prisional e Alternativas à Privação de Liberdade**. São Paulo: Saraiva, 2011.

HERKENHOFF, João Baptista. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1994.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LAMOUNIER, Gabriela Maciel; MAGALHÃES, José Luis Q. A internacionalização dos Direitos Humanos. **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4614> Acesso em: 17 nov. 2015.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas, 2002.

MONDARDO, Dilsa; ALVES, Elizete Lanzoni; SANTOS, Sydney Francisco Reis dos. **O Ensino Jurídico Interdisciplinar: um novo horizonte para o direito**. Florianópolis: OAB/SC, 2005.

MORAES, Alexandre. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 1998 (Coleção Temas Jurídicos, vol. 3).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em em 10 de dezembro de 1948. Assinada pelo Brasil na mesma data.

PÉS, João. **A Constitucionalização de Direitos Humanos elencados em tratados**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Globalização**. São Paulo. Max Limonad, 1998.
SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos Fundamentais: Retórica e historicidade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo. Malheiros, 2009.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZAFFARONI, Raul Eugenio. Desafios do Direito Penal na era da globalização. **Revista Cidadania e Justiça da Associação dos Magistrados Brasileiros**. Ano 2, n.5, 1998.